PREFEITURA DE ITAÍ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 67/2026 – PROCESSO N° 119/2026
REQUISITANTE: SECRETARIA DA SAÚDE
OBJETO: Registro de Preços visando a aquisição de equipamentos e materiais de fisioterapia.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura de Itaí, por meio do Sr. Prefeito José Ramiro Antunes do Prado, sediado a Avenida Santo Antônio, nº 805 (piso superior), Jardim Bela Vista, CEP: 18.730-112, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será regida pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.379/23, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem as disposições da Lei Complementar n° 123 de 2006, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Instrução Normativa nº 73 de 30 de setembro de 2022 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e do disposto no presente edital. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das **8h30 do dia 05 de novembro de 2026 às 8h30 do dia 26 de novembro de 2026.**
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das **8h30 às 9h do dia 26 de novembro de 2026.**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: às 9h do dia 26 novembro de 2026.**
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: www.bll.org.br

DO OBJETO

Tem por objeto do presente edital de Pregão Eletrônico, **a aquisição de equipamentos e materiais de fisioterapia.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema BLL Compras (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada no § 2º e 3º da Instrução Normativa nº 73/22.

1.2. O sistema de pregão eletrônico, BLL Compras, da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é realizado por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) pregoeiro (a) da Prefeitura de Itaí – SP, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BLL Compras" constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil

(bllcompras.com).

1.4. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.

2. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

2.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, junto com o **ANEXO 05.**

3.2. Não poderão participar nesta licitação as empresas:

3.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.2.11. Consórcio de empresas. Esta vedação justifica-se considerando que, as circunstâncias do mercado ou a complexidade do objeto não dificultam a comprovação de todos os requisitos de qualificação técnica ou econômica por um único licitante.

3.3. O impedimento de que trata o **item 3.2.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.2.2** e **3.2.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6. O disposto nos **itens 3.2.2** e **3.2.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. A vedação de que trata o **item 3.2.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão. Para isso, os interessados deverão cadastrar-se previamente na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (041) 3042-9909, de acordo com o ANEXO 05.

3.10. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no edital, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
a) Termo de Credenciamento (instrumento particular de mandato), declarando cumprir as exigências do Edital, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão, conforme modelo do ANEXO 05.
b) Inserção no sistema do valor inicial do objeto licitado.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
c) Abrir as propostas de preços;
d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
e) Desclassificar propostas indicando os motivos;

f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
h) Declarar o vencedor;
i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
j) Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

5. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

5.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do Termo de Credenciamento, com firma reconhecida, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: bllcompras.com.

5.2. A licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

6.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

6.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida

com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

7.3. A falsidade da declaração de que trata o **item 7.2** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

7.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.6.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.6.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.7. O valor final mínimo ou percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputam sendo vedado:

7.7.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.7.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do i**tem 7.6** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.9. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor Unitário, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

8.1.2. Marca e/ou Nome do Fabricante **(vedada a identificação do licitante neste campo, sob pena de desclassificação)**;

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, só será permitido alteração sob alegação de erro, quando este for visivelmente discrepante (por exemplo erro no lance ofertado).

8.4.1. Considerando a instabilidade da Plataforma, não será de responsabilidade da Pregoeira e Equipe de Apoio, o cancelamento do lance ofertado em tempo hábil.

8.5. São vedadas propostas para um **mesmo ITEM/POR LOTE** formuladas por estabelecimentos distintos de uma **mesma licitante** (disputa entre matriz e filial ou entre filiais, ou sócios em comum, por exemplo). O descumprimento implicará a desclassificação de ambas as proponentes.

8.6. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

8.7. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

8.8. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01**;

8.9. A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias,** contados a partir da data da sessão

pública do Pregão;

8.10. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital;

9. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

9.2. Será desclassificada a proposta eletrônica que identifique o licitante.
9.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
9.2.2. Será desclassificada a proposta da licitante não considerada, nos termos da Lei, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual nos lotes reservados.

9.3. A não desclassificação da proposta conforme **item 9.2** não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

9.4. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

9.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

9.6. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

10. INÍCIO DA FASE COMPETITIVA

10.1. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado neste edital, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.4. Observado o **item 10.3**, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.5. A(o) Pregoeira(o) e Equipe de Apoio, poderá durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

10.6. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o **item 10.5**, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11. MODO DE DISPUTA

11.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.2. Após a abertura do item colocado em disputa, a fase de lances terá duração de **10 (dez) minutos.** Após esse período, o sistema encerrará a competição caso nenhum lance seja apresentado dentro do intervalo de **2 (dois) minutos**.

11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, o sistema encerrará automaticamente a etapa de lances.

11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital, para a definição das demais colocações.

11.6. Após o reinício previsto no item anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.7. Encerrada a etapa de que trata o item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo), podendo ser alterado durante a sessão pública.**

11.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **20 (vinte) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **3 (três) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

11.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12. DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

12.1. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.2. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos** para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos itens de Cota Principal.

13.2. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance, se esta for empresa de maior porte, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.3. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

13.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que de identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

13.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
I. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
III. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
IV. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade.

13.8. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
I. Empresas estabelecidas no Município;

II. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
III. Empresas brasileiras.
IV. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
V. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

13.9. Os documentos comprobatórios elencados nos **itens 13.7** e **13.8**, referentes aos critérios de desempate, deverão ser enviados pelos licitantes, **no prazo de 02 (duas) horas**, contados a partir da solicitação pela(o) Pregoeira(o), sob pena de desistência do desempate.

14. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA/VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA

14.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeira(o), realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado, conforme definido no edital.

14.2. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido, a(o) Pregoeira(o), poderá negociar condições mais vantajosas.

14.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

14.4. A negociação será realizada por meio de sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo.

14.6. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14.7. Fica estabelecido o prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o) para envio, **exclusivamente por meio do sistema**, da **PROPOSTA ADEQUADA** ao último lance ofertado, conforme **ANEXO 04** do Edital, e, se necessário, dos documentos complementares a proposta, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, **sob pena de desclassificação, como também aplicação de possíveis penalidades previstas no Inc. IV do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21**.

14.8. A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:
14.8.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela(o) Pregoeira(o).
14.8.2. De ofício, a critério da(o) Pregoeira(o), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

14.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
14.9.1. Contiver vícios insanáveis;

14.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
14.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido no edital;
14.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
14.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
14.9.6. Não conter a marca e/ou nome do fabricante (quando obrigatório).

14.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

14.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
14.11.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
14.11.2. Inexistires custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.13. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, a(o) Pregoeira(o), verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições do edital.

15. DA FASE DE HABILITAÇÃO

15.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos de dispostos no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
15.2.2. A empresa deverá ter representante legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente e judicialmente.

15.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, conforme inciso II do art.63 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. Os documentos exigidos para habilitação **(ANEXO II e III)** deverão ser enviados **exclusivamente por meio do sistema**, em formato digital, no prazo de **30 (trinta) minutos**, após solicitação pela(o) Pregoeira(o), prorrogável por igual período, nas situações elencadas nos itens 14.8.1 e 14.8.2, **sob pena de inabilitação, como também aplicação de**

possíveis penalidades previstas no Inc. IV do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21.

15.4.1. Os documentos a serem inseridos pelas empresas vencedoras deverão estar com datas anteriores a abertura da sessão pública, ou seja, anteriores às **9h do dia 26 de novembro de 2026, sob pena de inabilitação.**

15.5. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

15.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

15.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.6. A verificação pela(o) Pregoeira(o) em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.7. Na análise dos documentos de habilitação, a(o) Pregoeira(o) e Equipe de Apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, observado o prazo disposto no **item 14.7.**

15.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

15.10. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

15.11. Os documentos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, preferencialmente autenticados digitalmente, constando o selo digital com a indicação do sítio eletrônico para a verificação da veracidade das informações, nos termos da Lei Federal nº 8.935/94.

15.12. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, a comprovação das informações será realizada mediante a apresentação dos documentos originais não digitais.

15.13. Os documentos apresentados digitalmente são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

15.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

15.15. A não inserção dos documentos, no prazo de que trata o **item 15.4** acarretará a **imediata inabilitação** do licitante.

15.16. **Sob pena de inabilitação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante no cadastro da plataforma da BLL, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. A(o) Pregoeira(o) e Equipe de Apoio, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

16.2. A(o) Pregoeira e Equipe de Apoio, poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

16.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os **itens 16.1 e 16.2**, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS

17.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, ou seja, de **15 (quinze) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, **em campo próprio no sistema**, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

17.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, **em campo próprio no sistema**, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da divulgação da interposição do recurso, diretamente no sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

18. DA FASE DE HOMOLOGAÇÃO

18.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

19.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

19.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

19.4. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **item 19.3**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

19.4.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário.

19.4.2. Adjudicar e celebrar a contratação das condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido conforme **item 19.1** caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

20.1. A detentora deverá cumprir integralmente o disposto neste edital e, ainda:

20.2. Executar o bem licitado em sua totalidade (conforme quantidades contidas nas Autorizações de Fornecimento), sendo que a execução deverá ser realizada no endereço e

prazo mencionados no **ANEXO 01** deste Edital.

21. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Assegurado o contraditório e a ampla defesa, a empresa detentora terá seu Registro de Preços cancelado quando:

21.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

21.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

21.1.3. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

21.1.4. Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I. Por razão de interesse público; ou
II. A pedido do fornecedor.

21.3. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata.

21.4. Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades da **SECRETARIA DA SAÚDE**, por meio da emissão de Autorização de Fornecimento.

22. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. O prazo, local de entrega e vigência da Ata de Registro de Preços será conforme ANEXO 01 – DO ETP/TR.

22.2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer reajuste, repactuação e revisão nas hipóteses legais.

23. DO PAGAMENTO

23.1. Os pagamentos realizarão após a entrega do objeto e após o recebimento das notas fiscais/faturas pelo Setor de Compras, de acordo com os recursos financeiros, pagamento em até 30 (trinta) dias.

23.2. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à Contratada para correção, e o prazo de pagamento recontado após apresentação da Nota Fiscal/Fatura válida.

23.3. As notas fiscais emitidas em nome da Prefeitura de Itaí serão enviadas

impreterivelmente na data de emissão e enviadas o arquivo XML e DANF (em pdf) para danfe@itai.sp.gov.br **até às 13h (horário de Brasília)**, não aceitando notas emitidas com data posterior, sábado, domingo, feriado e feriado prolongado. A empresa se atentará aos feriados municipais e estaduais.

23.4. Os pedidos de compras serão feitos através de e-mails dos fornecedores cadastrados no sistema da prefeitura pelos e-mails compras@itai.sp.gov.br e compras2@itai.sp.gov.br e, entendido que não é necessário a confirmação do recebimento para aceite de que o pedido foi efetuado, pois é de responsabilidade do fornecedor manter seus dados atualizados, bem como checar as correspondências eletrônicas, contando-se o prazo de entrega a partir da data de envio do e-mail

24. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou

II. O pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

24.2. O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e

II. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.

24.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou

II. Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

III. Ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

§ 1º. A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

§ 2º. O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

§ 3º. As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

24.4. As sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

Parágrafo único. O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados;

24.5. Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º. O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 2º. Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até **03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.**

25.2. As impugnações e/ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, através de campo próprio na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ou através de envio no e-mail licitar@itai.sp.gov.br.

25.3. A(o) Pregoeira(o) responderá aos pedidos de esclarecimento e/ou impugnação no prazo de até **03 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e seus anexos.

25.4. As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos não possui efeito suspensivo dos prazos previstos no certame.

25.5. A concessão de efeito suspensivo às impugnações é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

25.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial o órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, e vincularão os participantes e a Administração.

26. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

26.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por convocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

26.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

26.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

26.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Será divulgada ata de sessão pública no sistema eletrônico.

27.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.5. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site da Municipalidade no endereço eletrônico www.itai.sp.gov.br e na plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil no endereço eletrônico bllcompras.com.

27.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados os interesses da administração (princípio de ampliação da disputa e interesse público), o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação).

27.10 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

27.11. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.12. Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.13. Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o do Município de Itaí – SP, considerado aquele a que está vinculado o(a) pregoeiro(a).

27.14. A(o) pregoeira(o) e sua Equipe de Apoio, atenderá(ao) aos interessados no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, por correio eletrônico: licitar@itai.sp.gov.br; ou ainda, pessoalmente **por escrito**, no Departamento de Licitações, localizado na Avenida Santo Antônio, nº 805 (piso superior), Jardim Bela Vista, Itaí/SP, para maiores esclarecimentos.

27.15. A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

27.16. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

27.17. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo (a) pregoeiro (a), nos termos da legislação pertinente.

27.18. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.19. Do edital, se não houver competidor enquadrado como ME (Microempresas) ou EPP (Empresas de Pequeno Porte) ou Microempreendedor Individual (MEI) nos itens reservados, e não houver licitante no lote aberto para todos os tipos de empresa, os itens serão revogados, abrindo-se novo certame para ampla participação.

27.20. Ficam os Licitantes devidamente cientificados de que todos os atos praticados após a sessão de abertura dos envelopes, tais como intimação para apresentação de recursos e publicação de atas estarão disponíveis no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (Plataforma BLL) junto a todos os dados referentes ao certame, contando-se os prazos a partir da data de inserção do documento no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (Plataforma BLL). Devendo o licitante acompanhar com atenção o andamento do certame na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (Plataforma BLL) evitando-se assim prejuízos tais como perca de prazos.

27.21. Caso a mesma empresa vencer a **cota reservada e a cota principal**, a contratação

deverá ocorrer pelo menor preço ofertado, e caso seja vencedora uma ME, EPP, MEI ou outras nos itens reservados e na cota principal em itens iguais, deverá ser adotado para contratação o menor valor ofertado para o item.

27.22. Caso somente tenha licitante vencedora no lote aberto para todas as empresas, ela fica obrigada a assumir a cota reservada para ME, EPP e MEI.

27.23. Os preços cotados pela empresa vencedora não poderão ultrapassar os preços unitários estimados pela Administração.

27.24. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **Anexo 01** – do folheto descritivo / termo de referência / estudo técnico preliminar
- **Anexo 02** – documentos necessários para habilitação e para assinatura do contrato
- **Anexo 03** – modelo de declaração
- **Anexo 04** – carta proposta
- **Anexo 05** – termo de adesão ao sistema de pregão eletrônico da bolsa de licitações e leilões do brasil
- **Anexo 06** – termo de adesão ao sistema BLL compras da bolsa de licitações e leilões do brasil (licitante)
- **Anexo 06.1** – custo pela utilização do sistema – somente para o fornecedor vencedor
- **Anexo 07** – minuta da ata de registro de preços
- **Anexo 08** - formulários dados cadastrais

Prefeitura de Itaí (SP), 03 de novembro de 2026

JOSÉ RAMIRO ANTUNES DO PRADO
PREFEITO

AVISO AOS LICITANTES

O Agente de Contratação comunica neste ato aos licitantes que participarão deste certame, que as empresas vencedoras dos seus itens, quando da *fase de apresentação de documentação de habilitação e proposta readequada*, não apresentarem os documentos exigidos no edital de forma voluntária, poderá se caracterizar o crime do artigo 337 - L do Código Penal Brasileiro, o que autorizará o Agente de Contratação a tomar medicas cabíveis para responsabilização do licitante que não cumprir as exigências da apresentação da documentação de habilitação.

ANEXO 01 – DO ETP/ TERMO DE REFERÊNCIA

(APENSANDO À PÁGINA 39)

ANEXO 02 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO E PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Os documentos exigidos para habilitação **(ANEXO II e III)** deverão ser enviados **exclusivamente por meio do sistema**, em formato digital, no prazo de **30 (trinta) minutos**, após solicitação pela(o) Pregoeira(o), prorrogável por igual período, nas situações elencadas nos itens **14.8.1 e 14.8.2** do edital, **sob pena de inabilitação**. Os documentos a serem inseridos pelas empresas vencedoras deverão estar com datas anteriores a abertura da sessão pública, ou seja, anteriores às **9h do dia 26 de novembro de 2026, sob pena de inabilitação, como também aplicação de possíveis penalidades previstas no Inc. IV do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21.**

A não inserção dos documentos de habilitação, na plataforma, acarretará a imediata INABILITAÇÃO do licitante.

1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Os documentos descritos abaixo deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.1 As empresas vencedoras deverão apresentar todos os documentos abaixo relacionados para análise da fase de habilitação:

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ);
LINK: (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp)

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive Previdência Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal, modelo expedido com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751 de 02/10/2014;
LINK: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir

d) Certidão Negativa de Dívida de Débitos de Tributos Estaduais do domicílio ou sede da licitante, **(Débitos Tributários Não Inscritos)** a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de regularidade de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e fornecimentos, expedida pela **Secretaria da Fazenda ou** declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei**;**
Link: https://www10.fazenda.sp.gov.br/CertidaoNegativaDeb/Pages/EmissaoCertidaoNegativa.aspx

e) Certidão Negativa de Dívida de Débitos de Tributos Estaduais do domicílio ou sede da licitante, **(Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa)** a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de regularidade de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e fornecimentos, expedida pela **Procuradoria Geral do Estado ou** declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei;
Link: https://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/sc/pages/crda/emitirCrda.jsf?param=23764

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal mobiliaria do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Mobiliários;

g) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal - Lei 8.036/90, devidamente atualizado;
Link: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

h) Certidão negativa de débitos trabalhista (CNDT), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
Link: http://www.tst.jus.br/certidao/

3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1. As empresas vencedoras deverão apresentar todos os documentos abaixo relacionados para análise da fase de habilitação:

3.1.1. Para as empresas sediadas no Estado de São Paulo utilizar os links dispostos no item a:

a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica para empresa com sede no Estado São Paulo;

1ª certidão: LINK: https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do. (Certidões SAJ)

2ª certidão: LINK: https://certidoes.tjsp.jus.br/ **(Certidões eproc)**

a1) A Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações deverão ser complementadas com a Certidão do sistema EPROC, denominada COMARCAS E TURMAS RECURSAIS (Primeiro Grau) – CÍVEL.

b) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica para empresa;

b1) Havendo Registro de Processo de **Recuperação Judicial**, deverá a licitante que nesta hipótese incorrer, apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, para fins de sua habilitação neste item, de acordo com a Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

b2) Para os licitantes sediados em Estados ou Municípios cujos órgãos emissores ou Tribunais de Justiça adotem nomenclatura, sistemas de distribuição ou modelos de Certidões diferenciados daqueles utilizados no Estado de São Paulo, serão aceitas as Certidões equivalentes de sua região de origem.

b3) Se a Comarca da sede do licitante possuir mais de um distribuidor judicial e a certidão apresentada não for centralizada, deverão ser apresentadas as Certidões de todos os distribuidores locais.

c) Certidões de Distribuição Judicial (Cíveis e Criminais). Servem para atestar que a empresa ou entidade não responde a nenhum processo em andamento ou julgado nas áreas cível ou criminal.
LINK: https://certidao-unificada.cjf.jus.br/#/solicitacao-certidao

d) Certidão de Inexistência de Impedimentos junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**;**
LINK: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form

e) Certificado de apenado emitido pelo **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo** (**TCESP**); **LINK:** https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/publicas/certificado/add

d1) Os licitantes sediados fora do Estado de São Paulo deverão apresentar a Certidão de Apenados/Sanções emitida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou do Distrito Federal de sua respectiva sede, em plena validade.

d2) Caso o Tribunal de Contas da sede do licitante não emita Certidão com essa nomenclatura específica, será aceita certidão equivalente de "Nada Consta" de penalidades, certidão de idoneidade ou, na ausência de ambas, declaração oficial do próprio órgão informando a indisponibilidade do documento, hipótese em que a regularidade será aferida pelos cadastros nacionais (CEIS/CNEP).

f) Certidão Negativa de licitantes inidôneos do Tribunal de Contas da União**;**
LINK: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:11908391610216::::P3_TIPO:CNPJ

4. DOS REQUISITOS TÉCNICOS:

4.1 A empresa deverá atender a todos os requisitos técnicos abaixo:

a) Comprovação de que a empresa executou o fornecimento do objeto ou com características compatíveis, frisando que os fornecimentos foram executados a contento ou quaisquer outros termos que não a desabone.

a1) Esta comprovação deverá ser feita por atestado ou certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privada, devidamente assinada pelo responsável.

a2) O Pregoeiro poderá solicitar a empresa, a critério de comprovação, notas fiscais que comprovam a lisura do atestado ou certidão apresentados.

b) **Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e **registrado nos órgãos** competentes e, quando se tratar de sociedade por ações, devidamente publicado na imprensa oficial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitando-se a apresentação de Balanço de Abertura para as licitantes com menos de 01 (um) ano de existência. Conforme exigido no Inc. I do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21.

b1) A obrigatoriedade do documento exigido no item "b" caberá a todas as empresas participantes, independentemente de sua classificação econômica, com base no Art. 26 da ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Observação: Os documentos de requisitos técnicos serão analisados pela Secretaria requisitante.

5. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS

5.1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme modelo mostrado no **ANEXO 03** deste edital, atestando que:

a) Declarar que atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
b) Declarar que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02;
c) Declarar que emite Nota Fiscal Eletrônica conforme preconiza a Portaria CAT-162, de 29/12/2008.
d) Declarar que está sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06,

observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. **(Observação: quando for o caso).**

e) Declarar de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6. DA PROPOSTA INICIAL

6.1 A empresa deverá apresentar juntamente com a documentação a **proposta inicial** contendo:

a) Indicação do nome ou razão social da proponente e CNPJ, o número deste pregão, o endereço completo da proponente, telefone, fax e endereço eletrônico (se houver);

b) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação, as propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

c) Descrição do objeto da presente licitação em conformidade com os Anexos do Edital, constando indicação do fabricante, marca e procedência;

d) **Preço unitário, valor total do item e valor total geral da proposta,** expressos em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

e) Declaração de que os valores propostos, bem como aqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, foram apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: combustível, transportes ou fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;

6.2 A empresa poderá utilizar do modelo apresentado no Anexo 04 como proposta inicial e final.

7. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

7.1. No ato da assinatura contratual, para atendimento da atualização das Instruções 1/2020 do TCESP, fica a empresa obrigada a apresentar a Declaração de Atualização Cadastral do proprietário da empresa (ou proponente habilitado para assinar a ata de registro/contrato) junto ao CadTCESP - **LINK: https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/#!/pessoa/cadastro**

7.2. A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar a Ata de Registro/Contrato dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, ou da apresentação do documento constante no item 6.1, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no item 24, deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração da Ata de Registro/Contrato.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A verificação pela(o) Pregoeira(o) em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
8.2. Na análise dos documentos de habilitação, a(o) Pregoeira(o) e Equipe de Apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.3. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

8.4. Os documentos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, preferencialmente autenticados digitalmente, constando o selo digital com a indicação do sítio eletrônico para a verificação da veracidade das informações, nos termos da Lei Federal nº 8.935/94.

8.5. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, a comprovação das informações será realizada mediante a apresentação dos documentos originais não digitais.

8.6. Os documentos apresentados digitalmente são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.
8.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

8.8. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.9. Os documentos obtidos via sítios eletrônicos deverão ser apresentados em formato digital, sendo verificada sua autenticidade nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

8.10. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Equipe de Apoio ao Pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

8.11. O (a) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

8.12. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.

8.13. Considerando o princípio da economicidade, caso falte informações/assinaturas quanto as declarações exigidas, esta poderá ser sanada pelo licitante ainda na sessão pública, assegurando-lhe um prazo de 30 (trinta) minutos.

8.14. Os links disponibilizados para emissão de certidões são meramente informativos, devendo as empresas interessadas realizarem a devida busca, uma vez que poderá haver atualizações a quaisquer tempos.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Conforme art. 43 da L.C. nº 123/06).

9.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, **será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026 – PROCESSO Nº 119/2026

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº ....., sediada, (endereço completo) DECLARAMOS para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

a) Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaramos que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02;

c) Declaramos que emitimos Nota Fiscal Eletrônica conforme preconiza a Portaria CAT-162, de 29/12/2008.

d) Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. **(Observação: quando for o caso).**

e) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e Data)
(Responsável legal e assinatura)

ANEXO 04 – CARTA PROPOSTA

Observação: Este modelo poderá ser utilizado pelo vencedor da fase de lances, para efeito da fase de julgamento da proposta

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026 – PROCESSO Nº 119/2026

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para o **fornecimento/prestação dos serviços** objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica **nº 67/2026** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:
NOME DA EMPRESA:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA – R$						

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)
Deverá ser cotado, preço unitário e total global, de acordo com o Anexo 01 do Edital.
PROPOSTA: R$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS
A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA
A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **itens** de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL
De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

ANEXO 05 – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL (licitante)

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: ( ) SIM ( ) Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. **O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.**

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.
O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

_____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO 06 – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA BLL COMPRAS DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL (LICITANTE)

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 06.1 – CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) global adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R$ 600,00 (seiscentos reais) global adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO **(CORRETORAS) ASSOCIADAS**

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

_____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO 07 – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ttt/tttt

Aos xx dias do mês de xxx do ano de xxx, às xx:xxx, o(a) Sr(a) xxxxxxxxxxxxx,e a Equipe de Contratação composta por: xxxxx e xxxxxxxx, designados conforme Portaria/Decreto xxx/xxx, DE xx DE xxx DE xxxx, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

A Prefeitura Municipal de Itaí Estado de São Paulo, situada à Praça da Bandeira, 1038, Centro, nesta cidade de ITAÍ - SP, inscrita no CNPJ-ME 46.634.200/0001-05, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, representada pelo senhor Prefeito Municipal, o senhor xxxxxxx, responsável por este ajuste, juntamente com as empresas: xxxxxxxxxxxx., com sede na R: xxxxxxNº xxxxx, nº . - ITAI e registrada sob o CNPJ nº xxxxx, representada neste ato, por seu representante legal, o senhor xxxxxxx portador da Cédula de Identidade (RG) nº xxxxxx e CPF Nº xxxxxx vencedora dos seguintes itens: xxxxxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme Edital do PREGÃO Nº xxx/xxx, passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta ATA.
1.2 A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição/prestação de fornecimentos, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento/prestação de fornecimentos em igualdade de condições.
1.3 Os preços ofertados pelas empresas, global, signatárias da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na seguinte ordem:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES

2.1 O FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇOS DETENTOR DA ATA compromete-se a manter, durante toda a vigência da presente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
2.2 O FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇOS DETENTOR DA ATA autoriza a Prefeitura Municipal de Itaí, analisar a qualquer tempo os produtos entregues, em laboratórios de Controle de Qualidade, ficando as despesas decorrentes de análise e teste de qualidade dos produtos por conta do fornecedor.
2.3 Se for constatado que o produto/fornecimentos fornecido ocasionou danos ao funcionamento do produto/fornecimentos, o FORNECEDOR DETENTOR DA ATA restituirá a Municipalidade pelos danos causados ao patrimônio público.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1 Sempre que julgar necessário, a Prefeitura solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preço,xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, registrados, na quantidade que for preciso, mediante Ordem de Compra.
3.1.2 A Ordem de Compra será enviada via fac-símile ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento imediatamente. Caso a empresa não possua aparelho de fac-símile, a Ordem de Compra deverá ser retirada no setor de compras da Prefeitura Municipal de Itaí, Praça da Bandeira, 1038, Centro na cidade de ITAÍ - SP, no prazo de 02 (dois) dias, contado a partir do recebimento.
3.1.3 O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Ordem de Compra poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa adjudicatária durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de Itaí.
3.1.4 A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Ordem de Compra no prazo previsto, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, conforme consta em edital.
3.2. A entrega dos produtos/fornecimentos deverá ser realizada nos locais indicados da Ordem de compra, emitidos pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itaí, devidamente acompanhada das notas fiscais ou notas fiscais/faturas correspondentes, no prazo estipulado neste Registro de Preços e nas quantidades indicadas.
3.3 A empresa adjudicatária responsabilizar-se-á pela quantidade, estado de conservação do(s) objeto(s) licitado(s) e entregue(s), especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.1. O recebimento definitivo ocorrerá em até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da entrega dos produtos/fornecimentos, acompanhados da respectiva nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo setor de Compras da Prefeitura Municipal de Itaí.
4.1.1 No texto da nota fiscal/fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, as marcas dos produtos, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição (PREGÃO Nº xxx, PROCESSO Nº FFF/FFFF).
4.1.2 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias.
4.2 O pagamento será efetuado no prazo constante em edital, após o encaminhamento das notas fiscais/faturas à Prefeitura Municipal de Itaí.
4.2.1 O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a empresa adjudicatária efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias
4.3 As despesas serão atendidas com recursos decorrentes das dotações orçamentárias vigente no exercício de .....
4.4 Fica a Prefeitura Municipal de Itaí autorizada a descontar dos pagamentos do fornecedor as despesas decorrentes da análise e teste de controle de qualidade dos produtos;

CLÁUSULA QUINTA: DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

5.1 Ficam integrados a esta Ata de Registro, independente de transcrição os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento do FORNECEDOR DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: edital de licitação na modalidade PREGÃO Nº xx, PROCESSO Nº xxx/xxx e seus anexos, proposta da proponente vencedora, atas da sessão de credenciamento e processamento do(a) PREGÃO , despacho do Pregoeiro, homologação do processo licitatório e legislação pertinente à espécie.
5.2 será incorporada a esta Ata, mediante alterações qualquer modificação que venha a ser necessária durante sua vigência.
5.3 Conforme disposto no art. xx, da lei 14.133/21, os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLIMENTO

6.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Itaí, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo xxº da Lei Federal n. 14.133/21.
6.2 A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com multa de quantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta adjudicada, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
6.3 - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados a Prefeitura ou a terceiros, decorrente da execução deste contrato, inclusive por acidentes, mortes, perdas, destruições parciais ou totais. A Prefeitura isenta-se de todas as reclamações que possam surgir referentes a este contrato, ainda que as mesmas sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de qualquer pessoa física ou jurídica em sua execução.
6.4 - A CONTRATADA será passível das penalidades abaixo elencadas, ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito, que deverão ser devidamente comprovados pela CONTRATADA à Prefeitura, sem prejuízo das sanções previstas no art. xx da Lei nº 14.133/21, aplicarão as seguintes multas:
6.5 - Pelo atraso na execução do contrato:

a) **Multa 1% (um por cento) por dia de atraso no início da execução das obras, que incidirá sobre o valor da obrigação em atraso, até o limite máximo de 10% (dez por cento);**

b) **Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato não cumprido;**

c) **Multa correspondente à diferença de preços resultante de nova licitação ou contratação direta, realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.**

6.6 - As importâncias relativas às multas serão descontadas dos recebimentos que a CONTRATADA tiver direito, competindo-lhe no caso de insuficiência de crédito, pagá-las no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação da Prefeitura.
6.7 - A multa prevista nesta seção não tem efeito compensatório e conseqüentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos que forem causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência de culta ou dolo, na execução dos fornecimentos objeto da contratação.
6.8 - No caso de inadimplência total, a CONTRATANTE, poderá optar pela convocação dos demais proponentes da licitação, obedecida sucessivamente à ordem de classificação na forma do art. xx da Lei nº 14.133.
Parágrafo Primeiro - Será facultada ao CONTRATANTE, aplicar à CONTRATADA, a seu exclusivo critério, quando a gravidade da falta assim justificar, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei:

a) **advertência;**
b) **multa na forma prevista na Lei nº 14.133/21 ou no contrato;**
c) **suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração local pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;**
d) **declaração de idoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Prefeitura pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.**

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência da presente Ata é de xxxxxxxxx a contar da data da sua assinatura.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.
ITAÍ - SP, xxx de xxxx de xxxx.

_____
xxxxxx
CONTRATANTE

_____
xxxxxxxxxxx
Representando a Empresa: xxxxxxxxxx

ANEXO 08 – FORMULÁRIOS DADOS CADASTRAIS

FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS						
I) Dados da Empresa:						
Razão Social:						
CNPJ/MF:			*Insc. Estadual:*			
Endereço:					*Número:*	
Bairro			*Complemento:*			
Cidade			*Estado:*		*CEP:*	
Telefone 1:		*Telefone 2:*		*e-mail:*		
II) Dados do representante legal participante da sessão de licitação:						
Nome:						
RG		*CPF:*		*Cargo/função:*		
Endereço:					*Número:*	
Bairro:				*Complemento*		
Cidade:			*Estado*		*CEP:*	
Telefone 1:		*Telefone 2:*		*e-mail:*		
III) Dados do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços ou a Contrato:						
Nome:						
RG		*CPF:*		*Cargo/função:*		
Endereço:					*Número:*	
Bairro:				*Complemento:*		
Cidade:			*Estado*		*CEP:*	
Telefone 1:		*Telefone 2:*		*e-mail:*		
IV) Endereço e contato para envio da Ata de Registro de Preços para assinatura:						
Nome/Setor responsável						
Endereço:					*Número:*	
Bairro:				*Complemento*		
Cidade:			*Estado*		*CEP:*	
Telefone 1:		*Telefone 2:*		*e-mail:*		
V) Dados bancário para pagamento:						
Banco:		*Agência:*		*Tipo de Conta:*	*1º*	

VI) Quadro Societário:						
Nome	*CPF:*	*RG:*	*Data nascimento*	*Cargo/função*	*Endereço completo*	*Email particular*

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA O SERI – SERVIÇO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO DE ITAÍ/SP

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, I da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação decorre da necessidade de aquisição de 01 (uma) Gaiola Pediasuit, destinada ao SERI – Serviço de Reabilitação do Município de Itaí/SP, com a finalidade de ampliar e qualificar os recursos terapêuticos disponibilizados aos usuários atendidos pelo serviço, especialmente pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento e demais condições que demandem acompanhamento e reabilitação motora e funcional.

O SERI desempenha importante papel na rede municipal de atenção à saúde, oferecendo atendimento especializado e multiprofissional voltado à promoção da funcionalidade, autonomia, desenvolvimento das habilidades motoras e melhoria da qualidade de vida dos usuários. Considerando o perfil assistencial do serviço e a complexidade das necessidades apresentadas pelos pacientes acompanhados, torna-se necessária a disponibilização de equipamentos específicos que possibilitem aos profissionais ampliar as estratégias e modalidades de intervenção terapêutica.

A aquisição da Gaiola Pediasuit permitirá incrementar os recursos utilizados durante as sessões de reabilitação, possibilitando a realização de exercícios terapêuticos de maneira assistida, progressiva e individualizada, de acordo com a avaliação, indicação e planejamento estabelecidos pelos profissionais responsáveis pelo acompanhamento de cada paciente.

O equipamento constitui recurso auxiliar para o desenvolvimento de atividades direcionadas ao controle postural, equilíbrio, coordenação motora, fortalecimento muscular, mobilidade, treino de marcha, transferência de peso e aprimoramento de habilidades motoras e funcionais, permitindo diferentes possibilidades de exercícios e níveis de assistência conforme a capacidade e evolução de cada usuário.

Sua incorporação à estrutura do SERI proporcionará melhores condições para o desenvolvimento dos planos terapêuticos individualizados, possibilitando maior variedade de estímulos e estratégias durante o processo de reabilitação. A disponibilização de estrutura adequada também favorece a continuidade e a progressão dos tratamentos, permitindo que os profissionais acompanhem os avanços funcionais e promovam adaptações terapêuticas conforme as respostas apresentadas pelos pacientes.

Ressalta-se que a aquisição do equipamento não representa, isoladamente, garantia de resultado clínico ou funcional, devendo sua utilização ocorrer mediante avaliação e indicação dos profissionais habilitados, integrada às demais intervenções terapêuticas ofertadas pelo serviço e respeitando as condições clínicas, limitações, potencialidades e objetivos terapêuticos individuais de cada usuário.

A disponibilização da Gaiola Pediasuit no próprio serviço municipal também contribui para o fortalecimento e qualificação da assistência especializada ofertada no âmbito do Município, ampliando a capacidade técnica e estrutural do SERI e proporcionando aos usuários acesso local a recursos específicos de reabilitação, reduzindo, quando aplicável, a necessidade de deslocamentos para outros municípios em busca de determinadas modalidades terapêuticas.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para o aprimoramento da estrutura terapêutica do SERI, contribuindo para a ampliação dos recursos disponíveis aos profissionais e para a oferta de

Assinado por 2 pessoas: CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA FERREIRA e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

assistência mais qualificada, individualizada e compatível com as necessidades da população atendida, com foco na promoção da funcionalidade, autonomia, participação nas atividades da vida diária e melhoria da qualidade de vida dos usuários e de suas famílias.

3 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (art. 18, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual do Município, estando alinhada ao planejamento das contratações da Administração Municipal e às ações programadas para a Secretaria Municipal de Saúde.

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, III da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de Gaiola Completa e Kit de terapia para iniciante, destinados ao Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí – SERI, visando disponibilizar recursos terapêuticos adequados para a realização de atendimentos de fisioterapia e demais atividades de reabilitação motora e funcional dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Os equipamentos e seus componentes deverão ser novos, de primeiro uso, de fabricação regular, estar em perfeitas condições de funcionamento e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, observando as normas técnicas e de segurança aplicáveis ao tipo de equipamento.

A Gaiola Completa deverá ser constituída por estrutura adequada à utilização em terapias de reabilitação, possibilitando a realização de exercícios terapêuticos com diferentes formas de suporte, suspensão, resistência, descarga e transferência de peso, conforme as necessidades individuais dos pacientes e as técnicas utilizadas pelos profissionais do SERI. A estrutura deverá apresentar resistência, estabilidade, segurança e acabamento apropriado para utilização contínua em ambiente de saúde.

O Kit para iniciante (Pediasuit) deverá ser composto por acessórios e recursos terapêuticos compatíveis com a Gaiola Completa, conforme especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência, permitindo sua utilização integrada nas atividades de reabilitação realizadas pelos profissionais do SERI.

Todos os componentes deverão apresentar características que garantam segurança durante a utilização, incluindo resistência mecânica, estabilidade, qualidade dos materiais, ausência de defeitos de fabricação e adequação às finalidades terapêuticas previstas. Os acessórios destinados à sustentação, suspensão ou aplicação de resistência deverão possuir capacidade compatível com sua finalidade e proporcionar condições seguras de utilização pelos pacientes e profissionais.

A contratada deverá realizar a entrega dos equipamentos devidamente acondicionados, protegidos contra danos durante o transporte e em condições adequadas para instalação e utilização. Quando necessário, deverá fornecer orientações básicas para montagem, instalação, conservação e utilização dos equipamentos, bem como os respectivos manuais, certificados, garantias e demais documentos pertinentes.

Os equipamentos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, observando-se o prazo mínimo estabelecido no Termo de Referência, sem prejuízo das garantias legais previstas na legislação vigente. Durante o período de garantia, eventuais defeitos de fabricação deverão ser solucionados pela contratada, sem ônus adicional para o Município, dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

A aquisição deverá observar os princípios da economicidade, eficiência, qualidade, segurança e interesse público, buscando-se equipamentos que apresentem durabilidade, funcionalidade e compatibilidade com a rotina de atendimento do SERI, evitando-se a aquisição de produtos inadequados ou de baixa qualidade que possam comprometer a continuidade dos serviços de reabilitação.

Os equipamentos deverão ser entregues no SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, em local e horário previamente definidos pela Administração, sendo de responsabilidade da

Assinado por 2 pessoas: CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA FERREIRA e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

contratada todas as despesas relacionadas ao transporte, carregamento, descarregamento, acondicionamento e demais providências necessárias à entrega.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos buscam assegurar que a Gaiola Completa e o Kit para iniciante adquiridos sejam compatíveis com as necessidades do SERI, proporcionando estrutura adequada para a execução dos atendimentos de reabilitação, com segurança para os pacientes e profissionais, qualidade, durabilidade e efetividade na prestação dos serviços públicos de saúde.

5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (art. 18, § 1º, IV da Lei nº 14.133/2021)

A estimativa das quantidades foi definida considerando a necessidade do SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP de dispor de estrutura adequada e completa para a realização de atendimentos de fisioterapia e terapias de reabilitação, especialmente aqueles que necessitam de recursos para suspensão, sustentação, descarga de peso, fortalecimento, alongamento, mobilidade, equilíbrio, coordenação motora e controle postural.

Para atendimento da necessidade identificada, estima-se a aquisição de 01 (uma) unidade de Gaiola Completa e 01 (um) Kit para iniciante (Pediasuit), considerando que os dois itens são complementares e deverão funcionar de forma integrada durante a realização dos atendimentos terapêuticos.

A quantidade de 01 (uma) Gaiola Completa é considerada suficiente para a estruturação de um espaço terapêutico destinado à realização dos exercícios e procedimentos de reabilitação previstos, permitindo a utilização pelos profissionais do SERI de acordo com a necessidade individual de cada usuário e com a programação dos atendimentos.

A quantidade de 01 (um) Kit para iniciante (Pediasuit), foi estabelecida em razão da necessidade de disponibilizar os acessórios e recursos terapêuticos necessários e compatíveis com a Gaiola Completa, possibilitando a execução das atividades de reabilitação de maneira integrada, segura e adequada às diferentes necessidades dos pacientes.

Dessa forma, o quantitativo estabelecido mostra-se compatível com a necessidade atual do SERI, sendo a aquisição de 01 (uma) unidade suficiente para atender à demanda inicialmente identificada e proporcionar estrutura adequada à realização dos atendimentos terapêuticos. A incorporação do equipamento contribuirá para a ampliação dos recursos disponíveis aos profissionais, para a qualificação da assistência prestada e para o desenvolvimento de intervenções voltadas à evolução funcional, autonomia e melhoria da qualidade de vida dos usuários atendidos.

Considerando, ainda, que a Gaiola Pediasuit possui natureza de bem permanente, com utilização compartilhada e programada conforme avaliação, indicação e planejamento terapêutico dos profissionais responsáveis, não se justifica, neste momento, a aquisição de múltiplas unidades. Assim, o quantitativo proposto observa critérios de necessidade, adequação e racionalidade na aplicação dos recursos públicos, sendo suficiente para a implantação e utilização do recurso terapêutico no SERI e posterior incorporação ao patrimônio da Administração Municipal.

6 - LEVANTAMENTO DO MERCADO (art. 18, § 1º, V da Lei nº 14.133/2021)

Para atendimento da necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaí/SP, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado para a aquisição de equipamentos e materiais destinados às atividades de fisioterapia e reabilitação desenvolvidas pelo SERI – Serviço de Reabilitação, considerando-se as características, funcionalidades e condições necessárias ao atendimento dos pacientes.

No levantamento realizado, verificou-se a existência de fornecedores especializados na comercialização de equipamentos e materiais destinados à fisioterapia e reabilitação, incluindo diferentes

Assinado por 2 pessoas: CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA FERREIRA e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

modelos e configurações de gaiolas completas para fisioterapia, bem como kits e acessórios destinados à aplicação de técnicas e protocolos específicos de reabilitação.

Em relação à Gaiola Completa para Fisioterapia, foram identificadas soluções disponíveis no mercado com diferentes configurações, dimensões, materiais, pontos de fixação e acessórios, sendo possível selecionar aquela que melhor atenda às necessidades do SERI, considerando os requisitos de segurança, resistência, funcionalidade, durabilidade e utilização profissional.

Quanto ao Kit para Iniciantes – PediaSuit, foram consideradas as soluções disponíveis no mercado destinadas à utilização em atividades de fisioterapia e reabilitação, observando-se suas características, composição, finalidade terapêutica, materiais empregados, condições de utilização e compatibilidade com os equipamentos e estruturas existentes ou a serem adquiridos pelo SERI.

Também foi considerada a necessidade de compatibilidade técnica e funcional entre a Gaiola Completa para Fisioterapia e o Kit para Iniciantes – PediaSuit, tendo em vista que os equipamentos poderão ser utilizados de forma integrada nas atividades terapêuticas desenvolvidas pelo SERI. Dessa forma, deverão ser observadas as características técnicas necessárias à utilização segura e adequada dos equipamentos, especialmente quanto aos sistemas de fixação, dimensões, capacidade de carga, pontos de conexão, acessórios e demais requisitos aplicáveis.

Foram consideradas soluções disponíveis no mercado nacional, buscando-se identificar equipamentos e materiais que atendam às necessidades da Administração, apresentem qualidade, segurança e durabilidade compatíveis com o uso profissional e possuam condições adequadas de garantia, assistência técnica e fornecimento.

O levantamento de mercado também considerou a possibilidade de aquisição dos objetos de forma individualizada, permitindo a participação de fornecedores que comercializem especificamente cada equipamento ou material, sem prejuízo da verificação da compatibilidade técnica e funcional necessária à utilização conjunta das soluções.

Diante do levantamento realizado, verifica-se a existência de soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade da Administração, abrangendo tanto a Gaiola Completa para Fisioterapia quanto o Kit para Iniciantes – PediaSuit. A análise indica a possibilidade de tratamento dos objetos como itens distintos, observados os requisitos técnicos e a compatibilidade necessária entre as soluções, cabendo à Administração definir, com base nas condições de mercado e nos demais elementos do processo, a forma de contratação que melhor atenda ao interesse público.

7 - ESTIMATIVA DE VALORES DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VI da Lei nº 14.133/2021)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado, mediante a obtenção de orçamentos de fornecedores que comercializam equipamentos compatíveis com as características e necessidades identificadas pelo SERI – Serviço de Reabilitação do Município de Itaí/SP.

Os valores obtidos foram utilizados como referência para a definição do custo estimado da aquisição, buscando refletir os preços atualmente praticados no mercado para equipamento com características técnicas e funcionais compatíveis com o objeto pretendido.

A pesquisa considerou o fornecimento de 01 (uma) Gaiola Pediasuit, contemplando os componentes, acessórios e demais itens necessários ao seu adequado funcionamento, conforme as especificações estabelecidas para a contratação, bem como eventuais custos inerentes ao fornecimento, tais como transporte, entrega, montagem e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, quando aplicáveis.

Assinado por 2 pessoas: CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA FERREIRA e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

Dessa forma, a estimativa de preços encontra-se fundamentada nos orçamentos de mercado anexados ao processo, os quais servirão como parâmetro para a definição do valor estimado da contratação e para a análise da compatibilidade dos preços apresentados no procedimento de aquisição, observados os princípios da economicidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável.

A despesa decorrente da presente contratação será custeada com recursos provenientes de Emenda Impositiva de autoria parlamentar municipal, destinada à área da Saúde, observando-se a finalidade estabelecida para o recurso e sua aplicação no fortalecimento e qualificação dos serviços de saúde ofertados à população.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, § 1º, VII da Lei nº 14.133/2021)

A solução proposta consiste na aquisição de 01 (uma) Gaiola Completa e 01 (um) Kit para iniciante de Terapia (Pediasuit), destinados ao SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, com a finalidade de ampliar e qualificar os recursos disponíveis para a realização de atendimentos de fisioterapia e terapias de reabilitação motora e funcional.

A Gaiola Completa deverá proporcionar estrutura adequada para a realização de exercícios terapêuticos que envolvam suspensão, sustentação, descarga e transferência de peso, fortalecimento muscular, alongamentos, mobilização, equilíbrio, coordenação motora, controle postural e treinamento funcional, permitindo aos profissionais do SERI adaptar os exercícios de acordo com as necessidades e limitações de cada usuário.

O Kit para iniciantes (Pediasuit), deverá complementar a estrutura da Gaiola Completa, sendo composto por acessórios e recursos compatíveis com sua utilização, possibilitando a execução das diferentes técnicas e exercícios de reabilitação. Os componentes deverão ser adequados para uso profissional, apresentar resistência e segurança e permitir sua utilização de forma integrada à estrutura principal.

A solução deverá contemplar o fornecimento dos equipamentos e de todos os componentes necessários ao seu pleno funcionamento, conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência, evitando a aquisição de equipamentos incompletos ou que dependam de acessórios não previstos para sua utilização regular.

Os equipamentos deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, devidamente acondicionados e protegidos durante o transporte. A contratada será responsável pela entrega no SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, incluindo transporte, carregamento, descarregamento e demais providências necessárias à disponibilização dos equipamentos no local indicado pela Administração.

Quando houver necessidade de montagem ou instalação da Gaiola Completa, esta deverá ser realizada conforme as orientações do fabricante e as condições estabelecidas no Termo de Referência, de modo a garantir a estabilidade, segurança e adequado funcionamento da estrutura. Após a montagem, o equipamento deverá estar apto para utilização pelos profissionais do serviço.

A solução deverá incluir garantia contra defeitos de fabricação, observando o prazo mínimo estabelecido no Termo de Referência e as garantias previstas na legislação vigente. Durante o período de garantia, eventuais defeitos ou falhas decorrentes de fabricação deverão ser corrigidos pela contratada, sem custos adicionais para o Município.

Quando aplicável, a contratada deverá disponibilizar assistência técnica para avaliação e solução de problemas relacionados aos equipamentos, bem como fornecer orientações quanto à utilização, conservação e manutenção preventiva, de forma a preservar a vida útil dos bens e assegurar sua disponibilidade para os atendimentos.

A manutenção dos equipamentos deverá observar as recomendações do fabricante, cabendo à Administração realizar os cuidados de conservação e utilização adequada, enquanto eventuais

Assinado por 2 pessoas: CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA FERREIRA e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

intervenções decorrentes de defeitos cobertos pela garantia deverão ser realizadas pela contratada, nos termos estabelecidos no instrumento contratual.

A solução considera todo o ciclo de vida dos equipamentos, desde sua aquisição, entrega e eventual montagem até sua utilização, conservação, manutenção e eventual substituição de componentes, buscando assegurar durabilidade, segurança, funcionalidade e adequado aproveitamento dos recursos públicos.

Com a implementação da solução, pretende-se disponibilizar ao SERI uma estrutura terapêutica mais completa, proporcionando melhores condições para o atendimento dos usuários do SUS e permitindo a realização de atividades individualizadas, de acordo com as necessidades funcionais e motoras de cada paciente.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VIII da Lei nº 14.133/2021)

A contratação será composta por dois itens, correspondentes à aquisição de uma gaiola completa para fisioterapia e um kit para iniciante (Pediasuit).

A divisão por itens mostra-se adequada por possibilitar que cada equipamento seja disputado individualmente, ampliando potencialmente a participação de fornecedores que comercializem apenas determinado equipamento e evitando a concentração desnecessária do objeto em um único fornecedor.

O parcelamento por itens não prejudica a funcionalidade dos equipamentos, uma vez que a gaiola e o kit constituem equipamentos individualmente utilizáveis, embora sejam complementares para o desenvolvimento das atividades fisioterapêuticas.

10 - RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, § 1º, IX da Lei nº 14.133/2021)

Com a aquisição da Gaiola Completa e do Kit para iniciante (PediaSuit), pretende-se ampliar e qualificar a estrutura disponível no SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, proporcionando melhores condições para a realização de atendimentos de fisioterapia e demais terapias de reabilitação motora e funcional.

Espera-se disponibilizar aos profissionais do serviço recursos terapêuticos adequados para a realização de exercícios de fortalecimento muscular, alongamento, mobilização, equilíbrio, coordenação motora, controle postural, descarga e transferência de peso, suspensão, sustentação e treinamento funcional, possibilitando a utilização de diferentes estratégias terapêuticas de acordo com as necessidades individuais de cada usuário.

A aquisição deverá contribuir para a melhoria da qualidade e da resolutividade dos atendimentos realizados pelo SERI, permitindo que os profissionais disponham de uma estrutura mais completa e adequada para o desenvolvimento dos planos terapêuticos individualizados, favorecendo a evolução funcional dos pacientes e a continuidade dos tratamentos.

Pretende-se, ainda, proporcionar maior segurança e melhores condições de trabalho aos profissionais responsáveis pelos atendimentos, mediante a disponibilização de equipamentos apropriados para a execução das atividades terapêuticas, reduzindo a necessidade de utilização de recursos improvisados ou inadequados.

A contratação também deverá contribuir para o melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos disponíveis no serviço, possibilitando maior diversidade de atividades terapêuticas e melhor organização dos atendimentos, de acordo com a demanda existente.

Assinado por 2 pessoas: CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA FERREIRA e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

11 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, § 1º, X da Lei nº 14.133/2021)

Previamente à contratação, deverão ser adotadas as providências necessárias para assegurar o adequado planejamento, aquisição, recebimento e utilização da Gaiola Completa e do Kit para iniciante (Pediasuit) no SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP.

A Administração deverá realizar a conferência e validação das especificações técnicas dos equipamentos, assegurando que o objeto a ser adquirido atenda às necessidades do serviço e seja compatível com a finalidade terapêutica pretendida. Deverá também ser verificada a disponibilidade de espaço físico adequado para instalação e utilização da Gaiola Completa, observando as condições de segurança, circulação, acessibilidade e organização do ambiente.

Antes da entrega, serão definidos as condições e o local de recebimento dos equipamentos, bem como designados os servidores responsáveis pelo acompanhamento da contratação, recebimento e conferência dos bens, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Após a entrega, os equipamentos deverão ser conferidos quanto à quantidade, integridade física, características, componentes, acessórios e conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, § 1º, XI da Lei nº 14.133/2021)

Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes indispensáveis à execução do objeto desta contratação.

A aquisição de 01 (uma) gaiola completa para fisioterapia e 01 (um) kit para iniciante (Pediasuit) poderá ser realizada de forma independente, não estando condicionada à contratação de outros equipamentos, serviços ou materiais para sua utilização.

Os equipamentos serão destinados às atividades de fisioterapia desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaí/SP, podendo ser utilizados pelos profissionais responsáveis pelos atendimentos, observadas as orientações técnicas e de segurança dos respectivos fabricantes.

Eventuais materiais de consumo, acessórios ou outros equipamentos necessários às atividades de fisioterapia, que não estejam contemplados nesta contratação, poderão ser objeto de aquisições futuras e independentes, conforme a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária.

Dessa forma, conclui-se que não há contratação correlata ou interdependente que impeça ou condicione a aquisição pretendida, sendo a contratação tecnicamente viável de forma autônoma.

13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS (art. 18, § 1º, XII da Lei nº 14.133/2021)

A aquisição de Gaiola Completa e Kit para iniciante (Pediasuit), destinados ao SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, apresenta reduzido potencial de impacto ambiental, considerando que se trata de equipamentos de uso permanente, não envolvendo, em sua utilização ordinária, a geração significativa de resíduos ou o consumo de insumos potencialmente poluentes.

Durante o ciclo de vida dos equipamentos, poderão ocorrer impactos relacionados principalmente ao transporte, às embalagens utilizadas para acondicionamento, à manutenção e ao descarte dos equipamentos ou de seus componentes ao final de sua vida útil.

Como medida de prevenção e mitigação, deverá ser priorizada, sempre que tecnicamente possível, a aquisição de equipamentos que apresentem boa durabilidade, resistência e qualidade de fabricação, contribuindo para o aumento da vida útil dos bens e para a redução da necessidade de substituições frequentes, evitando o desperdício de recursos materiais e financeiros.

Assinado por 2 pessoas: CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA FERREIRA e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

A contratada deverá, sempre que possível, utilizar embalagens adequadas e em quantidade necessária à proteção dos equipamentos, evitando o uso excessivo de materiais e promovendo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos decorrentes da entrega.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (art. 18, § 1º, XIII da Lei nº 14.133/2021)

Considerando a necessidade identificada no SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, a existência de solução disponível no mercado, a disponibilidade de recurso proveniente de emenda impositiva de vereador e a adequação dos equipamentos às atividades de fisioterapia e reabilitação desenvolvidas na unidade, considera-se viável a contratação.

A aquisição de 01 (uma) Gaiola Completa e 01 (um) Kit para Iniciante (Pediasuit) permitirá ampliar os recursos terapêuticos disponíveis no serviço, proporcionando melhores condições para a realização dos atendimentos de reabilitação dos usuários do SUS.

A contratação deverá observar as especificações técnicas, condições de fornecimento, garantia, pesquisa de preços e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

Considerando o valor estimado da contratação, a Administração poderá adotar a Dispensa de Licitação na forma Eletrônica, caso estejam presentes os requisitos legais para a contratação direta em razão do valor, observando-se o art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a regulamentação aplicável e a inexistência de fracionamento indevido da despesa.

Diante disso, conclui-se pela viabilidade da contratação.

15 – ANEXOS

São anexos do presente ETP os seguintes documentos:
Documento de Formalização de demanda;
Termo de referência;
Orçamentos.
Carta de exclusividade

16 - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Adriana do Espírito Santo
Gestora de Contrato

Carolina Dias de Oliveira Ferreira
Responsável pela Elaboração do ETP

Assinado por 2 pessoas: CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA FERREIRA e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

CÓDIGO DE ACESSO
A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A1A1CE2C92EC4B96A1363BB453368C1A

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA O SERI – SERVIÇO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO DE ITAÍ/SP

I. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais de fisioterapia destinados ao SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, compreendendo:

01 (uma) Gaiola Completa para Fisioterapia;

01 (um) Kit para Iniciante destinado à aplicação do Protocolo PediaSuit ou solução tecnicamente equivalente, desde que atenda integralmente às características, composição, funcionalidade e finalidade estabelecidas neste Termo de Referência.

Os objetos serão destinados à ampliação e qualificação dos recursos terapêuticos disponíveis no SERI, possibilitando aos profissionais da área de fisioterapia a realização de atividades de reabilitação motora e funcional, de acordo com as necessidades individuais dos usuários atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Os objetos deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e utilização, acompanhados dos componentes, acessórios, manuais, documentos técnicos e demais elementos necessários à sua adequada utilização.

O Kit para Iniciante deverá ser destinado à utilização em atividades terapêuticas relacionadas ao Protocolo PediaSuit, devendo possuir composição e características técnicas compatíveis com a finalidade pretendida, especialmente quanto à vestimenta ortopédica, elementos elásticos e demais acessórios que integram o conjunto terapêutico.

A referência ao PediaSuit, quando utilizada nas especificações do objeto, decorre das características técnicas e funcionais identificadas pela equipe responsável pelo SERI como necessárias à solução pretendida, considerando a documentação técnica constante dos autos, inclusive a declaração emitida pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal – SINDIVESTE/DF, que atesta especificamente a exclusividade relacionada ao produto "vestimenta ortopédica".

A referida declaração será considerada como elemento de suporte à caracterização técnica do objeto, não sendo utilizada, isoladamente, como fundamento para restringir a participação de fornecedores ou para caracterizar exclusividade de fornecedor.

Será admitido o fornecimento de produto equivalente, similar ou de qualidade igual ou superior, desde que o licitante demonstre, mediante documentação técnica idônea, que o produto ofertado atende integralmente às características, composição, funcionalidade, compatibilidade e finalidade estabelecidas neste Termo de Referência.

A Gaiola Completa para Fisioterapia deverá atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à resistência, segurança, funcionalidade, capacidade de suporte, pontos de fixação, acessórios, dimensões e demais características necessárias à utilização profissional no SERI.

Os objetos deverão apresentar compatibilidade técnica e funcional com a finalidade para a qual serão utilizados, especialmente quanto à utilização do Kit nas atividades de fisioterapia e reabilitação desenvolvidas no SERI.

A contratação será realizada por itens, permitindo-se a participação de fornecedores distintos para cada item, desde que os produtos ofertados atendam integralmente às respectivas especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

II. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

A contratação fundamenta-se na necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaí/SP de ampliar e qualificar a estrutura disponível no SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP.

O SERI atende pacientes que apresentam diferentes necessidades de reabilitação motora e funcional, sendo necessária a disponibilização de equipamentos apropriados para a realização de exercícios terapêuticos, alongamentos, fortalecimento muscular, mobilidade, equilíbrio, coordenação motora, controle postural, suspensão, sustentação e demais técnicas de reabilitação.

A aquisição da Gaiola Completa permitirá ampliar os recursos disponíveis para os profissionais de fisioterapia, proporcionando estrutura adequada para diferentes técnicas e exercícios terapêuticos.

A aquisição do Kit para Iniciante PediaSuit tem por finalidade disponibilizar ao serviço os equipamentos e acessórios específicos necessários à aplicação do Protocolo PediaSuit, de acordo com as necessidades terapêuticas dos pacientes atendidos.

A necessidade de aquisição do Kit PediaSuit decorre da especificidade dos componentes que integram o sistema terapêutico, os quais devem apresentar compatibilidade entre si para permitir a adequada utilização do protocolo.

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos e materiais destinados às atividades de fisioterapia e reabilitação desenvolvidas pelo SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, compreendendo 01 (uma) Gaiola Completa para Fisioterapia e 01 (um) Kit para Iniciante – PediaSuit.

A Gaiola Completa para Fisioterapia será destinada à realização de atividades terapêuticas que envolvam exercícios de fortalecimento, alongamento, mobilidade, equilíbrio, coordenação motora, transferência de peso, suspensão e demais atividades de reabilitação compatíveis com as características do equipamento e com as necessidades dos usuários atendidos pelo SERI.

O Kit para Iniciante – PediaSuit será destinado à utilização nas atividades de fisioterapia e reabilitação desenvolvidas pelo SERI, de acordo com sua finalidade e com a metodologia do Protocolo PediaSuit, observadas as orientações técnicas aplicáveis e a avaliação dos profissionais responsáveis pelo atendimento dos pacientes.

Dessa forma, a solução como um todo compreende o fornecimento dos equipamentos e materiais especificados, sua entrega em condições adequadas de utilização, a disponibilização dos componentes e acessórios necessários, a observância dos requisitos de segurança e compatibilidade, bem como o atendimento das obrigações de garantia, de modo a assegurar a plena utilização dos objetos para a finalidade pretendida pela Administração.

IV – JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A ESPECIFICAÇÃO DO KIT PEDIASUIT

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

A Secretaria Municipal de Saúde de Itaí/SP, por meio do SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, identificou a necessidade de ampliar e qualificar os recursos terapêuticos disponíveis para o atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS que necessitam de intervenção fisioterapêutica especializada, especialmente nas atividades de reabilitação motora e funcional.

Nesse contexto, foi identificada a necessidade de aquisição de 01 (um) Kit para Iniciante destinado à utilização nas atividades terapêuticas relacionadas ao Protocolo PediaSuit, em conjunto com a estrutura de Gaiola de Terapia, visando disponibilizar aos profissionais do SERI os recursos necessários ao desenvolvimento das atividades terapêuticas previstas para o serviço.

A especificação do Kit foi definida considerando sua finalidade terapêutica, sua composição, seus componentes específicos e a necessidade de compatibilidade entre a vestimenta ortopédica, os elementos elásticos, acessórios e a estrutura utilizada durante as atividades de terapia intensiva em gaiola.

Conforme documentação apresentada e que integra os autos do processo de contratação, o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal – SINDIVESTE/DF declarou que a empresa LV DE OLIVEIRA PEDIASUIT COSTURAS E ACABAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.140.262/0001-66, possui registro perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI nº BR 20 2012 013288-0 relacionado à vestimenta ortopédica objeto da declaração, tendo o referido Sindicato atestado a inexistência, até o momento da emissão da declaração, de produto com as mesmas características específicas produzido pelas indústrias do vestuário do Distrito Federal.

A documentação apresentada também informa que a vestimenta ortopédica possui características próprias de utilização no método PediaSuit™, sendo composta por elementos destinados à interligação e ajuste mediante bandas elásticas, com utilização associada à estrutura denominada Gaiola (Cage) e aos equipamentos e acessórios empregados nas atividades terapêuticas em gaiola.

Dessa forma, a necessidade da Administração não decorre de mera preferência comercial por determinada marca, mas da busca por uma solução terapêutica com características técnicas específicas, cuja composição e funcionalidade devem ser compatíveis com a metodologia que será utilizada pelos profissionais do SERI.

A vestimenta ortopédica constitui componente essencial do conjunto terapêutico pretendido, uma vez que sua utilização está relacionada ao sistema de bandas elásticas e aos demais componentes destinados ao posicionamento, alinhamento, sustentação e realização dos exercícios terapêuticos em gaiola. Assim, a substituição indiscriminada desse componente por vestimenta de características distintas poderá comprometer a compatibilidade funcional do conjunto e afastar a solução técnica pretendida pela Administração.

A escolha da especificação técnica foi, portanto, baseada nas necessidades concretas do SERI, considerando a finalidade terapêutica, a composição do kit, a compatibilidade entre seus componentes, a segurança de utilização pelos pacientes e profissionais e a necessidade de que o conjunto fornecido corresponda às características técnicas necessárias para o desenvolvimento das atividades de reabilitação planejadas.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

Ressalta-se, contudo, que a declaração emitida pelo SINDIVESTE/DF deve ser analisada em conjunto com os demais documentos técnicos constantes dos autos, não sendo utilizada isoladamente como fundamento para a escolha da marca ou para eventual contratação direta.

A Administração deverá, previamente à definição da forma de contratação, verificar e documentar nos autos a existência ou não de produtos similares ou equivalentes capazes de atender integralmente à necessidade identificada, bem como a extensão da exclusividade declarada, especialmente quanto à vestimenta ortopédica, ao Kit pretendido, aos acessórios e aos demais componentes que integram a solução.

Caso a análise técnica e a pesquisa de mercado demonstrem a existência de outros produtos ou soluções capazes de atender integralmente às necessidades do SERI, deverão ser consideradas as alternativas tecnicamente adequadas, preservando-se a competitividade e a obtenção da solução mais vantajosa para a Administração.

Por outro lado, caso seja devidamente demonstrado nos autos que as características específicas da vestimenta ortopédica e sua integração com os demais componentes do sistema são indispensáveis à solução pretendida e que não existem produtos ou soluções equivalentes capazes de atender integralmente às necessidades técnicas identificadas, a Administração poderá fundamentar a adoção da especificação correspondente, observados os requisitos legais aplicáveis à contratação.

A indicação do produto e de suas características específicas deverá, portanto, ser compreendida como decorrência da necessidade técnica concretamente identificada pelo SERI, e não como preferência subjetiva da Administração por determinada marca ou fornecedor.

A documentação relativa ao registro no INPI, à declaração de exclusividade emitida pelo SINDIVESTE/DF, aos documentos técnicos do produto, às informações do fabricante e aos demais elementos utilizados para a definição da solução deverão integrar os autos do processo, de modo a permitir a verificação da motivação, da necessidade e da adequação da especificação adotada.

Assim, a especificação do Kit para Iniciante – PediaSuit encontra fundamento na necessidade de disponibilizar ao SERI solução terapêutica composta por vestimenta ortopédica e acessórios com características técnicas determinadas e compatíveis com a finalidade terapêutica pretendida, condicionando-se eventual contratação direta por exclusividade à comprovação efetiva da inviabilidade de competição, nos termos da legislação aplicável.

V. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

A presente contratação tem por objeto a aquisição de Gaiola Completa e Kit para iniciante, destinados ao SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, conforme especificações, características e quantitativos:

ITEM	QTD	PRODUTO	DESCRIÇÃO
01	01	GAIOLA COMPLETA PARA FISIOTERAPIA	- Deverá ser constituída por estrutura metálica destinada à realização de atividades de fisioterapia e reabilitação, com dimensões aproximadas de 2,00 m x

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

			2,00 m, contendo estrutura resistente e adequada à utilização profissional. - Deverá possuir, no mínimo, os seguintes componentes e acessórios: 01 (um) colete paraquedas; 01 (um) trilho de marcha; 01 (um) kit interno contendo: 01 (um) jogo de pesos, composto por 06 (seis) unidades; 01 (um) jogo de roldanas, composto por 02 (duas) unidades; 01 (um) par de pegaduras; 10 (dez) cordas estilo rapel; 12 (doze) bungees, sendo 02 (dois) de aproximadamente 1,20 m, 08 (oito) de aproximadamente 1,00 m e 02 (dois) de aproximadamente 0,50 m; 01 (um) par de botas de couro; 01 (um) par de tornozeleiras; 01 (um) par de suportes para cotovelos; 24 (vinte e quatro) ganchos metálicos em "S"; 12 (doze) mosquetões; 12 (doze) faixas de suspensão; 01 (um) cinto de 8 (oito) pontos; 01 (um) trilho de aproximadamente 3,00 m.
02	01	KIT PARA INICIANTE	Kit destinado às atividades de fisioterapia e reabilitação relacionadas ao Protocolo PediaSuit, contendo, no mínimo, os seguintes componentes:

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

			02 (duas) unidades de calças de rotação externa, em tamanho a ser definido de acordo com a necessidade do serviço; 02 (duas) unidades de calças de rotação interna, em tamanho a ser definido de acordo com a necessidade do serviço; 02 (duas) unidades de rota flex superior, em tamanho a ser definido de acordo com a necessidade do serviço; 02 (duas) unidades de legging, em tamanho a ser definido de acordo com a necessidade do serviço; 03 (três) unidades de blusas, podendo ser nos modelos Tank, Sleeve ou Long; 01 (um) Weight Vest; 01 (um) Jump Suit; 01 (um) Monkey Suit; 02 (dois) Kits de Elástico de Inversão; 02 (dois) Kits de Elásticos Externos.

A estrutura da Gaiola, deverá apresentar resistência, estabilidade e segurança compatíveis com sua utilização profissional, dispondo de pontos de fixação adequados aos acessórios e elementos de suspensão.

Os quantitativos e características estabelecidos para o Kit deverão ser considerados como requisitos mínimos da solução pretendida, não sendo admitida a substituição de componentes por itens de natureza ou funcionalidade diversa sem comprovação de equivalência técnica.

VI. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

A contratação deverá observar os requisitos necessários para assegurar o fornecimento de equipamentos e materiais de fisioterapia adequados às necessidades do SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, garantindo qualidade, segurança, funcionalidade, durabilidade e condições adequadas de utilização profissional.

6.1 – Requisitos dos objetos

Os objetos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de utilização anterior, em perfeitas condições de funcionamento e conservação e em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

A Gaiola Completa para Fisioterapia deverá atender às características técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à estrutura, resistência, segurança, pontos de fixação, capacidade de suporte e demais elementos necessários à sua utilização nas atividades de fisioterapia e reabilitação.

O Kit para Iniciante – PediaSuit deverá atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas, apresentando composição, características e acessórios compatíveis com sua finalidade de utilização nas atividades relacionadas ao Protocolo PediaSuit.

Os componentes que integram o Kit para Iniciante – PediaSuit deverão ser fornecidos de acordo com a composição e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, devendo ser entregues completos e em condições adequadas para utilização.

Os objetos deverão possuir qualidade compatível com sua finalidade e com o uso profissional a que se destinam, observando-se as normas técnicas e de segurança aplicáveis ao produto.

Quando aplicável, os equipamentos deverão possuir registro, cadastro, certificação ou outro documento exigido pela legislação e pelos órgãos competentes para sua comercialização e utilização.

Os produtos deverão ser entregues acompanhados dos manuais, instruções de uso, documentos técnicos, certificados e demais documentos fornecidos pelo fabricante que sejam necessários à correta utilização, conservação e manutenção dos objetos.

6.2 – Requisitos de entrega

A contratada deverá realizar a entrega dos objetos no SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, em local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os produtos deverão ser adequadamente acondicionados e protegidos durante o transporte, de forma a evitar danos, avarias ou qualquer alteração de suas características.

Constatado qualquer dano, defeito, irregularidade ou desconformidade em relação às especificações do Termo de Referência, a contratada deverá providenciar a substituição ou correção do produto, conforme o caso, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6.3 – Garantia

Os objetos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, observando-se o prazo estabelecido pelo fabricante e as condições previstas neste Termo de Referência.

Durante o período de garantia, a contratada deverá solucionar eventuais defeitos ou falhas de fabricação identificados nos produtos, observadas as condições estabelecidas na contratação.

A garantia deverá abranger os componentes fornecidos juntamente com os objetos, quando aplicável.

6.4 – Documentos para habilitação

Para fins de habilitação, a empresa participante deverá apresentar a documentação exigida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo instrumento convocatório, observados os requisitos necessários à comprovação de sua habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, quando exigíveis em razão do procedimento adotado.

Deverá ser apresentada documentação relativa à habilitação jurídica da empresa, conforme exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

Deverão ser apresentados os documentos necessários à comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos da legislação aplicável.

Quando exigida, deverá ser apresentada documentação relativa à qualificação econômico-financeira, na forma estabelecida no instrumento convocatório.

6.5 – Documentação técnica dos produtos

Para fins de verificação da conformidade dos objetos ofertados, a Administração poderá exigir, quando previsto no instrumento convocatório, catálogo, ficha técnica, manual, prospecto, declaração do fabricante ou outro documento técnico idôneo que permita verificar as características e especificações dos produtos ofertados.

No caso do Kit para Iniciante – PediaSuit, a documentação técnica poderá ser utilizada para comprovar a composição do kit, seus componentes, características, finalidade e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

A documentação técnica apresentada deverá permitir a identificação do produto ofertado e a verificação de sua compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

A indicação do produto PediaSuit no presente Termo de Referência está relacionada às características técnicas e à finalidade específica do objeto, conforme justificativa técnica constante dos autos do processo, não constituindo, por si só, exigência de exclusividade de fornecedor.

6.6 – Condições gerais

A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos objetos, observando os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta apresentada.

Os objetos deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas na contratação, sendo vedado o fornecimento de produtos usados, recondicionados ou que apresentem características diferentes das exigidas.

A contratada deverá manter, durante a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento, quando aplicável.

Os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência deverão guardar relação direta com o objeto e ser suficientes para assegurar a adequada execução da contratação, preservando-se a competitividade e a obtenção da solução que melhor atenda à necessidade da Administração.

VII. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

A contratada deverá fornecer os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, estabelecido no instrumento de contratação.

Os equipamentos deverão ser entregues no SERI – Serviço Especializado de Reabilitação de Itaí/SP, sito Rua Salvador de Freitas 855, Centro – Itaí/SP, dentro do prazo estabelecido Todas as despesas relacionadas ao transporte, carregamento, descarregamento e entrega serão de responsabilidade da contratada.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

Quando necessária, a montagem da Gaiola Completa deverá ser realizada pela contratada, sem custos adicionais para a Administração.

O Kit PediaSuit deverá ser entregue em sua composição completa e original, devidamente acondicionado e acompanhado da documentação pertinente.

A Gaiola Completa e o Kit de Terapia deverão ser fornecidos de forma compatível e integrada, considerando que os itens possuem finalidade complementar e deverão permitir a realização das atividades terapêuticas previstas para o serviço.

Após a entrega e eventual montagem, a Administração realizará a conferência dos equipamentos, verificando quantidade, integridade física, características, componentes, acessórios e conformidade com as especificações estabelecidas.

Constatada qualquer irregularidade, defeito, avaria, ausência de componente ou desconformidade em relação às especificações, a contratada deverá providenciar a substituição ou correção do item, sem qualquer ônus adicional para o Município, no prazo estabelecido pela Administração.

Os equipamentos somente serão considerados definitivamente recebidos após a verificação de sua conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e a constatação de que se encontram aptos para utilização.

A contratada deverá fornecer, quando aplicável, manuais de operação, montagem, conservação e manutenção, certificados, termos de garantia e demais documentos pertinentes aos equipamentos.

Durante a execução da contratação, a empresa deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como cumprir todas as obrigações assumidas no instrumento contratual.

A contratada deverá assegurar a garantia dos equipamentos pelo prazo estabelecido no edital e/ou instrumento contratual, sem prejuízo das garantias legais, responsabilizando-se pela correção de defeitos de fabricação identificados durante o período de garantia.

Quando necessária assistência técnica durante o período de garantia, a contratada deverá atender à solicitação da Administração e adotar as providências necessárias para solucionar o problema, observados os prazos estabelecidos no instrumento contratual.

A utilização dos equipamentos será realizada pelos profissionais do SERI, de acordo com suas atribuições e competências técnicas, observando-se as orientações do fabricante e as condições de segurança aplicáveis.

A Administração deverá providenciar a incorporação dos equipamentos ao patrimônio municipal após o recebimento definitivo, bem como adotar as medidas necessárias à sua conservação, utilização adequada e manutenção preventiva, conforme as recomendações do fabricante.

A fiscalização da execução será realizada por servidor ou servidores formalmente designados pela Administração, que acompanharão a entrega, conferência e recebimento dos equipamentos, podendo solicitar informações, documentos ou correções sempre que necessário.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

A execução do objeto será considerada concluída após a entrega integral dos equipamentos, eventual montagem ou instalação, conferência de sua conformidade, recebimento definitivo e disponibilização para utilização pelo SERI.

VIII. GESTÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, f, da Lei 14.133/2021)

A gestão do contrato será realizada pela Sra. Adriana do Espírito Santo, enquanto a fiscalização da execução contratual ficará sob responsabilidade da Sra. Beatriz Cristina Vincoleto, competindo-lhes acompanhar, controlar e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as condições, especificações e demais termos estabelecidos no instrumento contratual e no Termo de Referência.

IX. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos equipamentos pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaí/SP, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal pela contratada, devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento e fiscalização do contrato.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, desde que os equipamentos tenham sido entregues em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e que não haja pendências quanto ao fornecimento.

A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos documentos eventualmente exigidos para o pagamento, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual.

Caso sejam constatadas irregularidades na documentação ou no fornecimento, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

X. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/CREDENCIADO (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

A seleção do fornecedor deverá observar o atendimento integral às condições estabelecidas neste Termo de Referência, considerando a capacidade de fornecimento, a regularidade da empresa, a conformidade dos produtos ofertados e a compatibilidade da proposta com os requisitos técnicos e econômicos definidos pela Administração.

A escolha do fornecedor deverá considerar a proposta que apresentar as condições mais vantajosas para a Administração, observados os critérios e procedimentos definidos nos documentos que regerão a contratação.

Os produtos ofertados deverão atender integralmente às especificações, características, composição, quantidade, funcionalidade e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

A Administração poderá exigir, para fins de análise da proposta, documentação técnica suficiente para comprovar a conformidade dos produtos ofertados, tais como catálogo, ficha técnica, prospecto, manual, declaração do fabricante ou outro documento técnico idôneo.

No caso do Item 02 – Kit para Iniciante, quando o fornecedor ofertar produto equivalente ou similar ao produto utilizado como referência técnica, deverá apresentar documentação que permita à Administração verificar sua equivalência quanto à composição, características, materiais, acessórios, funcionalidade e finalidade terapêutica.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

A análise da equivalência será realizada de forma objetiva, considerando as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo suficiente a mera indicação de finalidade semelhante ou de características comerciais genéricas.

A referência ao PediaSuit™ constante das especificações técnicas deverá ser compreendida como referência das características e funcionalidades pretendidas pela Administração, admitindo-se produto equivalente, similar ou de qualidade igual ou superior, desde que comprovadamente atenda aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

A declaração emitida pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal – SINDIVESTE/DF, constante dos autos do processo, será considerada elemento de suporte à caracterização técnica da vestimenta ortopédica, observando-se que o próprio documento delimita sua declaração de exclusividade especificamente ao produto denominado "vestimenta ortopédica".

A referida declaração não será utilizada, isoladamente, como requisito de habilitação ou como exigência de contratação de fornecedor determinado, devendo a seleção observar os princípios da isonomia, impessoalidade, competitividade, economicidade e interesse público.

O fornecedor deverá comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista e, quando exigível, sua qualificação econômico-financeira e técnica, conforme os requisitos definidos nos documentos da contratação.

Será considerado apto à contratação o fornecedor que atender aos requisitos de habilitação e apresentar produto em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, observados os critérios de seleção e julgamento estabelecidos pela Administração.

A seleção deverá assegurar que o fornecedor contratado possua condições de fornecer os objetos nas quantidades, prazos, condições de entrega, garantia e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

XI. ESTIMATIVA DO VALOR (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado, mediante a obtenção de orçamentos de fornecedores que comercializam equipamentos compatíveis com as características e necessidades identificadas pelo SERI – Serviço de Reabilitação do Município de Itaí/SP.

Os valores obtidos foram utilizados como referência para a definição do custo estimado da aquisição, buscando refletir os preços atualmente praticados no mercado para equipamento com características técnicas e funcionais compatíveis com o objeto pretendido.

A pesquisa considerou o fornecimento de 01 (uma) Gaiola Pediasuit, contemplando os componentes, acessórios e demais itens necessários ao seu adequado funcionamento, conforme as especificações estabelecidas para a contratação, bem como eventuais custos inerentes ao fornecimento, tais como transporte, entrega, montagem e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, quando aplicáveis.

Dessa forma, a estimativa de preços encontra-se fundamentada nos orçamentos de mercado anexados ao processo, os quais servirão como parâmetro para a definição do valor estimado da contratação e para a análise da compatibilidade dos preços apresentados no procedimento de aquisição, observados os princípios da economicidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

A despesa decorrente da presente contratação será custeada com recursos provenientes de Emenda Impositiva de autoria parlamentar municipal, destinada à área da Saúde, observando-se a finalidade estabelecida para o recurso e sua aplicação no fortalecimento e qualificação dos serviços de saúde ofertados à população.

XII. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

A despesa decorrente da contratação correrá por conta de recursos destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Itaí/SP, recursos provenientes de Emenda Impositiva de autoria parlamentar municipal, destinada à área da Saúde.

A indicação da dotação orçamentária específica deverá constar dos documentos integrantes do processo administrativo.

Itaí-SP, 23 de setembro de 2026.

Gestora do contrato: Adriana do Espírito Santo.

Fiscal do contrato: Beatriz Cristina Vincoleto.

Assinado por 2 pessoas: BEATRIZ CRISTINA BINCOLETO e ADRIANA DO ESPIRITO SANTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

MUNICÍPIO DE ITAÍ
PRACA DA BANDEIRA, Nº 1038 - CENTRO - CNPJ: 46.634.200/0001-05
ITAI/SP - CEP 18.730-029
FONE: 0800-090-6650

CÓDIGO DE ACESSO
E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

https://itai.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/E1C7665968B24583B71AD4F80BC7FFE8